

Rego, A., Cunha, M. P. E., & Meyer Jr, V. (2018). Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 17(2), 43-57.  
[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-44642018000200004&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642018000200004&lng=pt&tlng=pt)

Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo?

Linhas práticas de orientação

Arménio Rego, Miguel Pina e Cunha e Victor Meyer Jr.

**RESUMO:** Uma das dificuldades associadas à realização de investigação qualitativa remete para a dimensão das amostras. Com alguma frequência, os investigadores não justificam a sua escolha de N e são por isso criticados. Este artigo apresenta linhas de orientação para a determinação e justificação do número de casos a usar numa investigação qualitativa. Defende que (a) o aumento da dimensão da amostra não é, em si, uma vantagem, e (b) a quantidade desejável de casos da amostra depende da pergunta de investigação e da declinação da mesma numa série de linhas orientadoras.

**Palavras-chave:** Dimensão da Amostra; Investigação Qualitativa; Entrevistas; Saturação Teórica

Quem trabalha com métodos qualitativos, sobretudo jovens investigadores ou estudantes das ciências sociais, confronta-se frequentemente com a pergunta que dá título a este texto: quantos participantes devem ser inquiridos, ou quantos casos devem ser estudados, para realizar um estudo qualitativo? A questão merece uma tentativa de clarificação estruturada. Embora exista, em alguns meios, um enviesamento em favor da pesquisa quantitativa, a investigação qualitativa contribui igualmente para o avanço do conhecimento científico. Mesmo as questões mais prementes podem beneficiar do trabalho baseado neste tipo de abordagens (Eisenhardt et al., 2016). Naturalmente, importa que o estudo qualitativo seja fiável e rigoroso. E a dimensão da amostra é um elemento essencial dessa validade. Os equívocos, todavia, frequentes, como os dois exemplos seguintes sugerem. Primeiro exemplo: durante o processo de revisão de um artigo qualitativo numa publicação internacional, os autores deste texto foram confrontados com um revisor anónimo que insistia que, naquele tipo de investigação, ele mesmo nunca usava menos de 100 entrevistas. Não apresentava qualquer argumento substantivo. Numa conferência internacional, o editor de uma das melhores revistas internacionais na área da gestão confiava-nos algo similar. Eis o seu argumento: as boas revistas são cada vez mais exigentes. É preciso, pois, aumentar a quantidade na dimensão da amostra. Também não apresentou razão substantiva. Mas o argumento alimenta a ideia de que, no mundo das publicações, a fronteira entre opinião e opinião fundamentada nem sempre é cuidada. E, por vezes, o argumento usado é o da «autoridade» – o de quem tem poder para decidir se um artigo é ou não aceite para publicação. Segundo exemplo: há alguns anos, uma colega de um dos autores, na discussão de uma tese de mestrado que este orientara, manifestou o seu desconforto porque a amostra do trabalho empírico era pequena. Alegou, ainda, que o trabalho continha «meramente» texto – talvez com isso significando que o trabalho não podia ser realmente sério. O comentário ilustra o preconceito com que os métodos qualitativos (uma espécie de «parente pobre»; Jonsen et al., 2017) ainda se confrontam em alguns domínios: se a amostra é pequena, o estudo não é válido – e, no limite, não pode ser considerado científico. Este tipo de argumentos resulta, em certa medida, de uma apregoada necessidade de generalização: um estudo só será válido se for generalizável ou universal. Esta noção genérica é contestável. Em primeiro lugar, existem várias formas de generalização. Em segundo lugar, o argumento presume, erradamente, a superioridade da investigação dedutiva sobre a indutiva, da positivista sobre a interpretativa. Negligencia o facto de a própria investigação quantitativa ser vulnerável a um conjunto de enviesamentos. Um dos mais frequentes e potencialmente problemáticos ocorre quando o investigador procura encontrar correlações significativas e, depois de encontrá-las, «descobre» hipóteses que fazem pouco sentido do ponto de vista teórico, mas ajudam a justificar os asteriscos encontrados nas correlações significativas (Hollenbeck e Wright, 2017). (p.43)